

## **O QUE VEEM AS MULHERES QUANDO O DIREITO AS OLHA? REFLEXÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES E OS ALCANCES DE INTERVENÇÃO DO DIREITO NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

*Camila Cardoso de Mello Prando\*-\*\**

**RESUMO:** *A partir das provocações de uma obra cinematográfica e de uma leitura interdisciplinar dos saberes da psicanálise e da sociologia do direito, o artigo propõe que a judicialização das relações de gênero no âmbito doméstico seja compreendida a partir das estratégias de invisibilidade da violência levadas a cabo pelos processos de intervenção do direito. Sob essa chave, o artigo propõe a identificação de duas linhas de produção de invisibilidade da violência, que repercutem na reduzida possibilidade de reconhecimento das mulheres diante do direito: a) a produção de valores familistas e da perspectiva "privada" do conflito, que perpassam tanto institutos penalizadores como despenalizadores e que conduzem a discussão para além do debate penal-não penal de intervenção; b) a construção da vítima "possível" da violência doméstica que invisibiliza todo um espectro de vítimas mulheres submetidas a registros de vulnerabilidade diversos.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Violência doméstica; psicanálise; criminologia; judicialização; vítimas.*

**ABSTRACT:** *From the provocation of a film and a interdisciplinary reading of psychoanalysis and sociology of law, the article proposes that the legalization of gender relations at home to be understood from the invisibility strategies of violence carried out by the legal intervention processes. Using this point of view, the article proposes the identification of two production lines for violence invisibility, which reflect the reduced possibility of recognition of women by the law: a) the production of family values and "private" perspective of the conflict that underlie penalizing both institutes as depenalizing and leading the discussion beyond the criminal-not criminal debate intervention; b) the construction of the domestic violence victim "to be" that turns invisible a whole spectrum of women victims undergoing various vulnerability records.*

*Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOCTRINA NACIONAL - Página 115*

**KEYWORDS:** *Domestic violence; psychoanalysis; criminology; judicialization; victim.*

**SUMÁRIO:** [1 O caminho de Pilar](#); [1.1 Os três atos \(ou os três quadros\)](#); [1.2 La dolorosa: a mulher que sofre](#); [1.3 Danae: a mulher trancafiada e a mulher desejanse](#); [1.4 Kandinsky: onde emerge o nome das coisas](#); [2 A cena da judicialização: o que as mulheres veem quando o direito as olha?](#); [2.1 As personagens do teatro do processo penal](#); [2.1.1 O debate criminológico sobre os limites e as contradições do controle penal](#); [3 A judicialização das relações sociais: a agenda feminista da igualdade e as estratégias de invisibilidade da violência contra a mulher](#); [3.1 As estratégias de invisibilidade da violência doméstica](#); [3.1.1 A polarização entre o campo penal e não penal](#); [3.2 Da superação da polarização entre respostas punitivas e não punitivas às escutas](#)

[possíveis das vítimas de violência](#); [Considerações finais: por direitos que também sejam suportes do ver](#); [Referências](#).

O espaço **de** diálogo entre o campo crítico criminológico e as demandas dos movimentos feministas por reconhecimento e pelo fim da violência é, muitas vezes, marcado por impossibilidades.

A produção da Lei Maria da Penha foi um dos momentos históricos que condensou essa tensão, em especial na discussão sobre o uso **de** institutos despenalizadores nos processos **de** casos **de** violência doméstica. O **debate em torno** da suspensão condicional do processo que resultou interdita na nova lei e na interpretação do STF (ADC 19) continua, aliás, sendo um objeto deste debate.

A demanda pela interdição da suspensão do processo, bem como da aplicação **de** penas restritivas **de direitos**, surgiu **de** parte dos movimentos feministas como decorrência da consideração da banalização da violência doméstica nos Juizados Especiais Criminais. As feministas tinham razão em ler a banalização ocorrida **com** a violência doméstica nos Juizados. Mas, em virtude da naturalização da relação entre violência, crime, processo e pena, a saída apontada foi definir que o reconhecimento da gravidade da violência só se daria por meio da exigência **de** aplicação **de** pena (Machado, 2013). Desconsiderou-se que parte do descaso poderia estar relacionado não à ausência **de** pena, mas à forma como as medidas vinham sendo aplicadas, revelada, por exemplo, **com** as insatisfações em relação à dificuldade **de** escuta das mulheres e à coação **para** aceitar os acordos.

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOCTRINA NACIONAL - Página 116](#)

Neste ensaio parto da identificação dessa tensão e tenho como objetivo reconstruí-la sem recorrer ao binarismo punição *versus* despenalização, que tem marcado o campo da disputa entre crítica criminológica e movimentos feministas. **Para** isto, ressituo a discussão a partir da análise da obra cinematográfica *Te doy mis ojos*<sup>1</sup>. Na leitura da obra, construo as referências do sujeito lacaniano e a sua relação **com** o saber (Lacan, 1985) e do **direito** como um "suporte do ver" (Didi-Huberman, 1998), que conduzirão a discussão sobre as possibilidades **de** intervenção do **direito** nos casos **de** violência doméstica. O **direito** será entendido potencialmente enquanto "suporte do ver" capaz **de produzir algum reconhecimento** às mulheres vítimas **de** violência, por meio da resignificação **de** seus medos.

## 1 O CAMINHO DE PILAR

*Te doy mis ojos* é uma obra cinematográfica que constrói uma narrativa complexa e atenta em torno da relação atravessada pela violência doméstica vivida por Antonio e Pilar. O fim da relação ocorre no momento **de** máxima desalienação **de** Pilar quando ela se reapropria do seu olhar e dali segue um outro caminho.

Pilar repete **para** sua irmã, que a acolhe no momento final da separação: "Preciso me enxergar. Não sei quem sou. Há tanto tempo não

me olho. Não consigo explicar".

Quando Pilar reivindica seus olhos e seu olhar, e ao mesmo tempo adquire a capacidade **de** dar nome ao que sente, desfaz-se a cena repetida da mulher caída na relação violenta. O seu caminho até ali é contado no filme por meio dos seus encontros **com** algumas obras **de** arte - pinturas **com** as quais ela trava um profundo processo **de reconhecimento** de si e **de** seus enigmas. O gozo da cena da mulher assujeitada e vítima encontra, pouco a pouco, suporte no imaginário constituído pelas pinturas **com** as quais Pilar se depara. Esses encontros fazem **com** que a personagem consiga emergir e se deslocar, e por meio deles ela se torna capaz **de** dar nome àquelas cenas **de** violência - o medo é o nome que ela pronuncia e elabora no seu longo percurso. É quando o medo se transmuta em palavra que ela se libera **para** ser outras mulheres.

Qual o caminho que ela percorre até aquele momento final em que a personagem abandona o seu lugar em uma relação atravessada pela violência? Caminhando junto à narrativa da obra busco pistas e novas problematizações **para** as questões relativas às (im)possibilidades **de** intervenção do **direito** no casos **de** violência doméstica contra a mulher. A pergunta, provocada pela obra, que guia as reflexões que seguem é: "O que veem as mulheres quando o **direito** as olha?"

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOCTRINA NACIONAL - Página 117](#)

### 1.1 Os três atos (ou os três quadros)

Pilar está casada há nove anos **com** Antonio, que externa o seu ciúmes e a sua possessividade por meio **de** agressões físicas e ameaças. Na primeira cena do filme Pilar acorda o seu filho Juan e foge, sentindo tremores, rumo à casa **de** Ana, sua irmã. Quando chega lá é acolhida e *não consegue falar* sobre que está se passando **com** ela, apenas pede **para** Ana ir buscar algumas coisas suas e do filho em sua casa **para** que eles pudessem ficar alguns dias em companhia da irmã. Pilar é uma mulher aterrorizada pelo medo **de** ser aniquilada pelo marido.

Ana propõe que a irmã arrume um emprego e consegue que ela seja uma vendedora **de** bilhetes em uma igreja-museu em São Tomé, Espanha. Na igreja, em um espaço em que várias obras **de** arte são expostas à visitação, Pilar inicia a sua trajetória **de** visitar a si por meio do olhar que dedica às pinturas. São as imagens enquadradas nas pinturas que mobilizarão em Pilar o seu lugar no mundo. O olhar **de** Pilar é cindido em dois quando uma das imagens do museu a captura e abre nela um reconhecimento momentâneo e intransferível do seu desejo. Dessa fissura ela consegue fazer emergir a sua subjetividade e se movimentar. A imagem que a captura é da ordem da contingência, onde Pilar consegue encontrar *algo* a respeito **de** sua verdade.

A imagem faz as vezes do discurso analítico no processo **de** encontro **de** alguma verdade, mesmo que barrada pelo gozo.

Diz Lacan (1985, p. 59):

A economia do gozo, táí o que ainda não está perto da ponta dos nossos dedos. Haveria um pequeno interesse em que chegássemos lá. O que podemos ver sobre isto, a partir do discurso analítico, é que, talvez, tenhamos uma chancezinha **de** encontrar alguma coisa a respeito por vias essencialmente contingentes.

O que é da ordem da contingência e do acaso é o lugar em que se "pára **de** não se escrever". O que não se escreve é *toda* a verdade, barrada pelo gozo, sustentado pela causa do desejo. Pelo acaso e somente pelo acaso é que vez outra esbarramos em alguma verdade que, em algum momento, "pára **de** não se escrever". Alguma verdade é apenas *alguma verdade* **de** Pilar, aprendida por ela a um custo que sempre parte do zero e que não pode ser partilhada. Apenas serve **para** ela, e em seguida se perde. Mas ela já não está mais no mesmo lugar.

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOCTRINA NACIONAL - Página 118](#)

A obra **de** arte, objeto do ver e do olhar **de** Pilar, pode ser entendida como aquela que está estruturada como limiar, que "não é senão a abertura que carrega dentro **de** si 'a ferida aberta **de** seu coração'" (Didi-Huberman, 1998, p. 231).

Assim diz Didi-Huberman (1998, p. 232):

Como se fosse preciso um arquiteto ou um escultor **para** dar forma a nossas feridas íntimas. **Para** dar, à cisão que nos olha no que vemos, uma espécie **de** geometria fundamental. [...] E se falo **de** uma geometria fundamental, é porque o simples quadro **de** porta parece justamente funcionar aqui [...]. como o suporte visível **de** uma instância bem mais geral, a que Husserl denominava, ao interrogar a origem da geometria, uma "formação **de** sentido".

A imagem funciona **para** Pilar como o suporte do ver a partir das cisões que ela porta dentro e **de** sua geometria fundamental. **Com** as pinturas ela vai aos poucos *enquadrando* em seu olhar aquilo que porta dentro - aquilo que carrega na pele - e se ressignificando. As imagens daquelas obras são o suporte do olhar **de** Pilar rumo a si em um exercício constante **de** luto e desejo.

O que vê Pilar quando as obras **de** arte a olham?

## 1.2 *La dolorosa: a mulher que sofre*



[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOCTRINA NACIONAL - Página 119](#)

O primeiro encontro **de** Pilar **com** uma imagem que opera *algo* nela se dá em sua visita à Igreja em São Tomé, **para** onde segue **para** conversar **com** Lola e conseguir um trabalho como vendedora da bilheteria do Museu. A sua irmã a esperava lá enquanto trabalhava em uma restauração.

Pilar percorre **com** os olhos as várias pinturas expostas e se detém absorta diante da imagem **de** Morales, "La dolorosa" <sup>2</sup>: o retrato **de** Nossa Senhora **de** mãos cruzadas e olhos aflitivos, signos místicos **de** sofrimento e compadecimento. Ali a imagem está estruturada como limiar, tocando a abertura na carne **de** Pilar, a abertura que carrega dentro **de** si.

O retrato ainda guarda outra identificação **com** a personagem do filme. O nome dado à Virgem Maria por sua aparição no início do cristianismo na Espanha era Nossa Senhora **de** Pilar. Os seus nomes coincidiam e talvez a Pilar contemporânea tenha encontrado na representação **de** sua homônima a resignação e a dor que carregava dentro **de** si, entendidas talvez como o seu destino.

Naquele momento Pilar havia recém saído **de** casa amedrontada pela fúria do marido e começava a dar os seus primeiros passos **para** se deslocar daquele lugar. Ela ainda não havia criado palavras **para** dar nomes ao que sentia. Ela foi escolhida pela pintura **de** El Morales, e embora absorta e tocada por aquela imagem, seus olhos interrogavam o que **de** si havia ali. A imagem parecia **justo** cumprir uma economia nomeada por Didi-Huberman (1998, p. 237): "Tal seria [...] a imagem, nessa economia: guardiã **de** um túmulo (guardiã do recalque) e **de** sua abertura mesma (autorizando o retorno luminoso do recalcado). Petrificação e atração ao mesmo tempo".

Foi a sua irmã quem tentou despertar um saber que havia em Pilar ao dizer referindo-se à imagem **de** Nossa Senhora: "Ela acaba **de** perceber que deixou os sapatos em casa". Pois foi assim que Pilar havia chegado à

casa **de** Ana na madrugada: **com** o seu filho e sem os seus calçados. Amedrontada, o único que Pilar naquele momento soube dizer à irmã é que ela estava tão perdida que sequer havia colocado os sapatos.

### 1.3 Danae: a mulher trancafiada e a mulher desejan

Depois **de terminar o seu** contrato temporário como vendedora **de** bilhetes **para** a entrada do Museu, já reconciliada **com** Antonio, Pilar é convidada a fazer um curso **para** orientar visitas guiadas aos museus. Nesse curso ela precisava escolher algumas obras **para** expô-las a um público selecionado. A sua primeira obra escolhida foi "Danae recebendo la lluvia **de** oro" **de** Tiziano, do século XVI <sup>3</sup>.

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOCTRINA NACIONAL - Página 120](#)

Segundo a mitologia, Danae foi encerrada em uma torre por seu pai, o rei **de** Argos, desde que ele soube por um oráculo que seu neto, futuro filho **de** Danae, iria matá-lo. No entanto, Zeus <sup>4</sup>, apaixonado, transformou-se em uma chuva **de** ouro, entrou no quarto **de** Danae e a fecundou.



Pelo fato **de** a pintura **de** Tiziano ter sido considerada escandalosa à época, durante a exposição guiada Pilar conta ao público quem foram os donos daquela obra e como se relacionaram **com** ela:

Pilar - Alguns **de** seus donos queriam Danae muito perto, como Júpiter. Mas outros foram como o seu pai, trancando-a **para** que ninguém a visse. Um rei que pensou inclusive em queimar o quadro. Mas não conseguiu, e aqui está, **para** todos verem. <sup>5</sup>

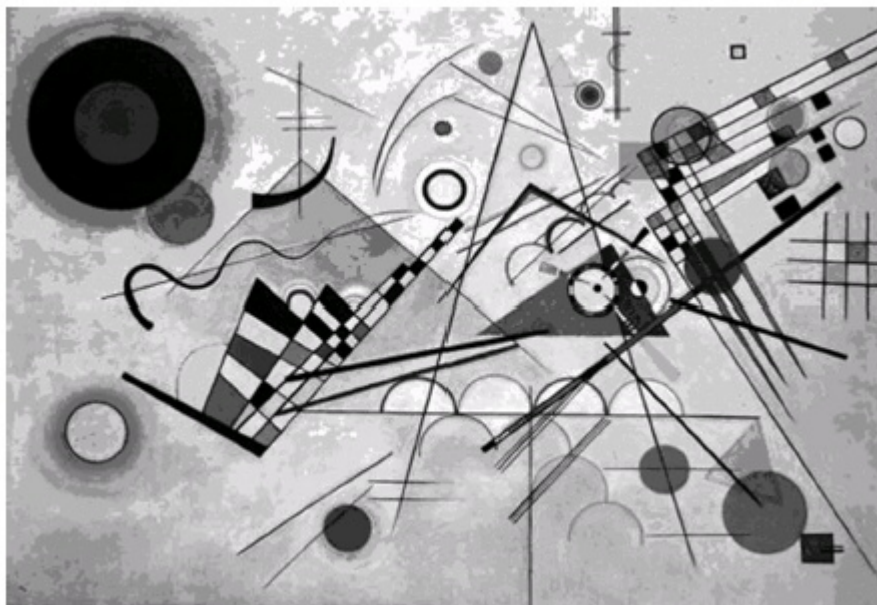
Pilar maneja dois lugares possíveis **para** a mulher da pintura, seja em sua origem mítica, seja em seu destino **de** quadro. **De** um lado a mulher que deveria estar fechada a chaves **para** que ninguém a visse ou tivesse acesso a ela: em uma imagem representativa **de** seu lugar **com** Antonio, que não suportava a excitação em vê-la exposta aos olhos dos outros. **De** outro a mulher desejada por Júpiter, **para** quem Danae se entrega desejan. Na sua narrativa Pilar discorre sobre um belo desfecho: "Ninguém teve o poder **de** trancafiar Danae,

e hoje ela está aqui **para** todos verem".

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOUTRINA NACIONAL - Página 121](#)

Pilar segue adiante em uma narrativa em que pouco a pouco desvenda os seus enigmas. Ao enxergar na obra **de** arte a mulher em seus dois lugares, entre o pai e o amante, ela é tocada pela imagem que encontra em sua carne a cisão **de** onde ela pode fazer emergir outras mulheres.

#### 1.4 Kandinsky: onde emerge o nome das coisas



Pilar: Diz o pintor que podemos escutar os quadros. Ouvi-los dentro **de** nós, como ouvimos música. Pois as cores são como as notas, e se repetem como uma melodia. Três amarelos, dois azuis, amarelo **de** novo e o silêncio, o branco. O branco não soa, não dói. Se podemos ouvi-los também podemos senti-los. O verde é o equilíbrio. Azul é profundidade. O vermelho, o vermelho é o medo. <sup>6</sup>

A segunda obra escolhida por Pilar **para** expor ao público é "Composition n. 8", **de** Kandinsky, criada em 1923 <sup>7</sup>. Um desenho **de** formas geométricas onde ela encontra algo mais do que porta em sua carne e em sua geometria fundamental.

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOUTRINA NACIONAL - Página 122](#)

Antes da cena da exposição ao público do quadro **de** Kandinsky, Pilar encontra um caderno **de** Antonio. Quando Antonio o compra, sugerido pelo terapeuta <sup>8</sup> que o acompanha desde que Pilar havia saído **de** casa, ele explica a ela que aquele caderno possuía três cores: as páginas amarelas serviriam **para** fazer um diário, as verdes **para** escrever as coisas boas, e as vermelhas **para** as coisas ruins.

**Certo** dia **de** manhã Pilar encontra o caderno caído no chão e não

resiste ao desejo **de** lê-lo. Ela lê o que Antonio escreve nas páginas vermelhas e em seguida vai ao museu apresentar a obra **de** Kandinsky.

Naquela obra Pilar se encontra **com** uma imagem decomposta e significa nela o nome **para** as suas sensações. Cada cor representa **para** ela um sentimento. E o vermelho, o vermelho tem o nome do medo. Ela reconhece o medo em Antonio, que o faz se sentir tão humilhado e caído, e que o leva (pelos braços das ordens patriarcais **de** posse e aniquilamento da mulher) a humilhá-la e fazê-la sentir tremores, também **de** medo. Ela se *desidentifica* do medo **de** Antonio, ao mesmo tempo em que reconhece e *nomeia* o seu próprio medo. As cores e as formas **de** Kandinsky dividiram o olhar **de** Pilar e na fissura dessa cisão ela encontrou um nome **para** a causa do seu desejo. Ela já não estava mais lá. Ela já era outra.

Larriera, tratando da maneira como opera a psicanálise, nos fala um pouco sobre este processo equivalente ao que passa Pilar - da mobilização do inconsciente no encontro **com** o imaginário:

*[...] una vez que un análisis se ha encaminado, una vez que un análisis ha comenzado a producir, justamente avanza en esta dirección **de** producción **de** sentidos, es decir, **de** ir articulando significantes que estaban reprimidos, ver **de** qué modo constituían cadenas, **de** que modo estaban encadenados, y en esa concatenación **de** eso que va viniendo a la conciencia se producen efectos **de** sentido con cambios **de** posición del sujeto. [...] Ese sentido lo va encontrando, va produciendo ese sentido en esa movilización del inconsciente y en ese encuentro con lo imaginario.(Larriera, 1997)*

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOCTRINA NACIONAL - Página 123](#)

## 2 A CENA DA JUDICIALIZAÇÃO: O QUE AS MULHERES VEEM QUANDO O DIREITO AS OLHA?

Pilar e duas amigas que também faziam o curso **de** guia **de** museu são convidadas **para** guiar uma exposição em Madrid. Antonio recebe a notícia muito mal, mas ela decide ainda assim aceitar ao convite.

Quando Pilar está se arrumando **para** sair **de** casa, Antonio encena um ato **de** extrema humilhação retirando a sua roupa, deixando-a nua e trancando-a na sacada do prédio, "**para** que todos a olhem", porque "é isso do que você gosta". A cena **de** violência do filme é seguida pela ida **de** Pilar a uma delegacia, onde ela procura dar palavras **para** o que aconteceu.

Policial: Onde ele a agrediu?

Pilar: Não houve ferimentos externos. Só internos.

Policial: Tente descrever o que houve. Ele não a agrediu fisicamente. Ele à insultou? Ele a ameaçou verbalmente?

Pilar: Ele quebrou tudo.

Policial: Quebrou algo seu?

Pilar: Tudo. Quebrou tudo. Tudo, tudo, tudo...



Policial: Calma, senhora. <sup>9</sup>

O que via Pilar quando procurou a delegacia **para** registrar a agressão sofrida? O que a olhava desde o agente do Estado?

No momento em que Pilar procura transformar em palavras as agressões interiores sofridas, o agente do Estado revela-se incapaz **de** escutá-la. Pilar não encontrou uma imagem <sup>10</sup> na qual pudesse reconhecer uma porta capaz **de** convidá-la a experienciar o olhar como luto e desejo e, **com** isso, resignificar o seu lugar. Apesar do sabido registro da contingência onde se inscreve *alguma verdade*, alguns suportes do ver tendem a ser mais generosos e capazes **de** provocar a abertura suficiente **para** que talvez *algo* se revele.

Pilar vira as costas ao agente e vai embora aparentemente segura **de** que não havia nada **para** encontrar ali. Segue **para** a casa da irmã e lá decide que ela "precisa se olhar".

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOCTRINA NACIONAL - Página 124](#)

No trajeto **de** Pilar, se encontra um processo **de** busca **de** autonomia financeira <sup>11</sup> e também um caminho **de** quem decifra os seus próprios enigmas tendo como suporte os seus objetos **de** ver e olhar <sup>12</sup>. Ao acompanhá-la, transformar-se em outras mulheres já não fixadas naquela que é parte da trama **de** poder e **de** controle **de** uma situação **de** violência é possível aprender muitas coisas.

Mas me interessa aqui indagar qual o lugar do **direito** no trajeto **de** tantas e tantas mulheres. **Para** Pilar, o **direito** representado no agente foi incapaz **de** escutá-la, não lhe serviu como suporte do ver. Talvez ela procurasse ali a lei capaz **de** instaurar em sua vida um novo lugar em substituição ao olhar e à lei instaurados por Antonio. E em algum momento ela compreendeu que essa lei, entendida a partir do corte psicanalítico, não se encontrava lá. Ou, em outra ordem, que os seus registros íntimos não encontravam lugar no léxico do **direito**. A violência sofrida não estava marcada visivelmente em sua carne, e o **direito** penal não era capaz **de** traduzi-la <sup>13</sup>.

A cena provoca uma indagação: O que as mulheres em situação **de** violência doméstica veem quando o **direito** as olha? <sup>14</sup>

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOCTRINA NACIONAL - Página 125](#)

## 2.1 As personagens do teatro do processo penal

Alessandro Baratta, um criminólogo crítico, em um dos seus ensaios, põe em questão o saber e a decisão promovidos pelo processo penal, compreendido tal como um "laboratório **de** transformação teatral". Ele sustenta que no processo "os conflitos não podem ser resolvidos, senão unicamente reprimidos". Por meio **de** sua linha argumentativa, podemos nos aproximar um pouco da impossibilidade do olhar que Pilar encontrou ao

buscar o **direito** .

Para Baratta (1998, p. 231),

*el elevado grado **de** artificialidad del mundo jurídico depende **de** dos circunstancias: la primera es que el derecho construye sobre una realidad que es ya producto **de** construcción social en el lenguaje común, es decir, él reconstruye la sociedad; la segunda circunstancia es que el mundo jurídico es construido como una estructura normativa, en la que los comportamientos **de** los sujetos son calificados deonticamente. Puesto que el derecho, utilizando una metáfora **de** Emil Lask (1932, p. 308 y ss.), fabrica sobre "semifabricados", y por otra parte, no tiene por objeto inmediato las acciones, sino programas y modelos **de** acción, puede ser considerado como un laboratorio en el cual el mundo del ser es transformado en un mundo del deber ser.*

Da característica **de** o mundo jurídico ser construído como uma estrutura normativa que qualifica os sujeitos deonticamente a partir **de** modelos **de** ação, decorre que o processo penal funciona como uma teatralização ou uma liturgia, como ele mesmo define.

*Concretas situaciones conflictivas encuentran en el proceso penal un laboratorio **de** transformación teatral, en el cual ellas son transcritas en una puesta en escena preordenada y los actores comprometidos en roles estandarizados. A estos actores se agregan, en el teatro procesal, actores "institucionales" ausentes en la situación originaria. [...] Los intereses e las necesidades que confluyen son reconstruidos como derechos y como ilícitos. El drama **de** la vida es sustituido por una liturgia en la que los actores originales son ampliamente remplazados y representados por profesionales del rito.*

[...]

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOCTRINA NACIONAL - Página 126](#)

*[...] en el laboratorio del derecho el comportamiento individual se presenta como una variable independiente respecto la situación. [...] El análisis **de** la situación, en la lógica del proceso **de** verificación **de** la responsabilidad debe limitarse a una construcción abstracta que la separa del contexto social y hace imposible o **de** todas formas irrelevante el conocimiento **de** las raíces del conflicto. (Baratta, 1988, p. 6657-6659)*

Neste teatro - que foi chamado por Marisa Correa como fábula, em sua investigação antropológica acerca dos processos do Tribunal do Júri <sup>15</sup> - o processo e os seus artefatos são a lupa **com** que se olha e se transfigura os conflitos reduzidos a dois lugares: o culpado, **de** um lado, e a vítima, **de** outro, que é expropriada do conflito e substituída pelo Estado no papel do Ministério Público.

O discurso social que cinde e traduz o conflito na cena **de** um agressor e *uma vítima* encontra um lugar correspondente na linguagem do

**direito** , especialmente do processo penal, e tende a reproduzir e reificar nesses dois lugares antagônicos e descontextualizados as representações sociais definidas a partir das assimetrias **de** poder constituídas pelos marcadores **de** raça, classe e gênero. Tal cenário pode tornar difícil a possibilidade **de** as mulheres encontrarem no olhar do **direito** , em especial do **direito** penal e processual penal, um suporte do ver **para** as suas ressignificações e os seus deslocamentos em suas experiências **de** situação **de** violência.

É possível, e a literatura abolicionista penal o faz muito bem (Hulsman, 1993; Mathiesen, 1989) <sup>16</sup>, apontar criticamente a invisibilidade do conflito provocada pela narrativa contratualista liberal do processo penal - e o seu correspondente sujeito liberal - e pelos mecanismos repressivos **de** intervenção do sistema punitivo.

No caso da violência doméstica contra a mulher essa invisibilidade e desfiguração mostram-se tanto mais incapacitantes quanto se reconhece que o fundamento contratualista do **direito de** punir está fundado também em um contrato sexual (Pateman, 1993).

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOCTRINA NACIONAL - Página 127](#)

Stubbs (2007, p. 171) acentua bem a inadequação que as teorias do delito no controle penal moderno apresentam diante das especificidades dos casos **de** violência doméstica.

*Theorizing crime primarily as conflict between individuals fails to engage with questions of structural disadvantage and with raced, classed and gendered patterns of crime. In addition, an adequate theoretical understanding of domestic violence should recognize that domestic violence typically involves the exercise of power and control, is commonly recurrent, may escalate over time, may have a impact on a number of people beyond the primary target, including children, other family members and supporters of the victim and that its impact contributes to the subordination of women. (Ptacek, 1999; Coker, 2002; Herman, 2005)*

A complexa situação **de** violência doméstica na qual pode se encontrar uma mulher envolve representações **de** laços **de** afetividade, poder, medo e assimetrias, **para** a qual pouco pode servir a encenação jurídica do processo em seus moldes tradicionais do **direito** penal moderno <sup>17</sup>.

### 2.1.1 O debate criminológico sobre os limites e as contradições do controle penal

No campo da Criminologia Crítica <sup>18</sup>, muito já se produziu no sentido **de** aprofundar a partir das teorias críticas a compreensão das condicionantes estruturais do funcionamento do controle penal. As críticas ao cárcere como local por excelência **de** violação **de** direitos , a demonstração da distribuição desigual e seletiva da punição, e os efeitos **de** exclusão promovidos pelo processo criminalizador tomado a partir **de** sua

constituição política moderna são características apontadas como estruturantes do controle penal.

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOCTRINA NACIONAL - Página 128](#)

A entrada do debate feminista no campo criminológico acentuou especialmente o caráter seletivo do controle no que se refere à reprodução da estrutura **de** poder patriarcal. Embora a perspectiva feminista ainda não tenha produzido o giro epistemológico que demanda à crítica criminológica (Campos, 2013), a perspectiva **de** gênero do **direito** (Smart, 1994) e a dupla vitimização das mulheres vítimas **de** situações **de** violência física ou sexual estão entre os principais apontamentos desde uma perspectiva feminista (Andrade, 2005; Larrauri, 1992).

Seguindo essas críticas acumuladas pelas investigações criminológicas tendemos a supor que o que vê a mulher quando o **direito** as olha é a reduplicação **de** seu lugar desigual **de** poder na sociedade, **de** forma a dificultar que o seu encontro **com** o **direito** nas situações **de** violência seja capaz **de** ocasionar uma fissura e um deslocamento em sua subjetividade, mesmo que contingencialmente.

As críticas criminológicas encaminham o debate a respeito da violência doméstica contra a mulher a um impasse, na medida em que inviabilizam a discussão sobre as dimensões da intervenção do **direito**, especialmente em sua versão processual penal, na intervenção do conflito.

Embora o fenômeno do funcionamento seletivo e patriarcal do controle penal seja **certo**, o **direito** como campo **de** disputa, e tomado **para** além **de** um mero "instrumentalismo, [...] como um reflexo ou um utensílio ao serviço dos dominantes" (Bourdieu, 2007, p. 209), deve ser entendido em seu movimento, em suas práticas, em sua relativa autonomia, bem como em seus efeitos performativos <sup>19</sup> (Bourdieu, 2007, p. 211).

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOCTRINA NACIONAL - Página 129](#)

Tendo o **direito** nessa perspectiva como campo **de** disputa e como potencialidade **de** um "suporte do ver" ressituo o debate sobre as possibilidades **de** intervenção do **direito** nos casos **de** violência doméstica.

### **3 A JUDICIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS: A AGENDA FEMINISTA DA IGUALDADE E AS ESTRATÉGIAS DE INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

O processo **de** expansão do **direito** em relação aos conflitos **de** violência doméstica é parte **de** uma transformação corrente a partir da década **de** 1990 em que o **direito** interveio, junto às instituições judiciais, em esferas das relações sociais a partir **de** reivindicação **de** pautas **de** igualdade, como é o caso, além da violência doméstica, também da regulação das relações entre pais e filhos (Rifiotis, 2012).

Mas é preciso acentuar que o que havia antes desse recente processo no campo do espaço doméstico não era a ausência **de** regulação.

As regulações existiam, mas no sentido **de** referendar as relações desiguais **de** dominação, garantindo o poder adulto e masculino no espaço doméstico. A partir do processo **de** judicialização inserido por meio das agendas igualitárias do modelo político do Estado Democrático, a intervenção do **direito** é chamada **para** deslegitimar as relações desiguais. Não se trata **de** qualquer expansão do **direito**, mas **de** uma expansão pautada sob as demandas políticas **de** igualdade (Machado, 2011).

Durante o processo **de** judicialização que se iniciou **com** a criação dos Juizados Especiais Criminais, os movimentos feministas questionaram o modo como as violências contra a mulher estava sendo tratadas (Campos, 2011; Machado, 2013). Os Juizados aumentaram o atendimento **de** uma demanda represada, mas deram sequência a uma lógica **de** invisibilidade da violência, utilizando-se **de** estratégias **de** solução **de** conflitos despenalizantes, sob uma ótica privatista e familista, **para** devolver os conflitos ao seu espaço doméstico sob a lei patriarcal. O que confirmavam as expectativas apresentadas pelas teorias críticas do controle penal que denunciavam a incapacidade do sistema penal em produzir afirmação e reconhecimento **de** direitos das mulheres.

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOCTRINA NACIONAL - Página 130](#)

### 3.1 As estratégias de invisibilidade da violência doméstica

Parte dos movimentos feministas identificaram, no uso **de** medidas despenalizadoras e alternativas, uma das fortes razões da banalização e da invisibilidade da violência doméstica contra a mulher nos processos **de** competência dos Juizados Especiais Criminais (Machado, 2013, p. 188-119).

Sustento, todavia, que a pista **para** a compreensão do mecanismo **de** invisibilidade da violência doméstica produzido pelas agências do sistema **de** justiça pode ser encontrada anteriormente, na atuação **de** promotores e juízes nos casos apurados pelas Delegacias Especializadas **de** Atendimento à Mulher (DEAMs), momento em que as medidas despenalizadoras não eram repertório do processo punitivo. Os valores familistas e a invisibilidade **de** um amplo espectro **de** vítimas **de** violência atravessam o processo **de** judicialização da violência doméstica e parecem ser um centro da banalização da violência no sistema **de** justiça <sup>20</sup>.

Sérgio Carrara e colaboradores (2002) analisaram o fundamento dos arquivamentos e das absolvições relativas ao espectro **de** casos **de** violência doméstica entre os anos **de** 1991 e 1995 apurados pelas DEAMs (Delegacias Especializadas **de** Atendimento às Mulheres) no Rio **de** Janeiro, antes da instituição dos Juizados Especiais Criminais e seus procedimentos <sup>21</sup>.

Ao analisar os discursos **de** promotores e juízes trazidos e exemplificados pela pesquisa **de** Carrara, observo que, se retirados **de** seu contexto, bem pareceriam palavras escritas em algum livro abolicionista ou **de** uma vertente garantista da dogmática penal.

Vejamos as frases "soltas" do texto:

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOCTRINA NACIONAL - Página 131](#)

A perseguição [*sic*] penal no caso em tela seria muito mais perturbadora das relações sociais do que restauradora da ordem jurídica arranhada (Proc. 95001019023-9). (Carrara, 2002, p. 85)

Não sendo, destarte, a perseguição penal, que tornará a convivência mais amistosa, ao contrário, a insistência na perseguição reforçará a situação **de** animosidade, que tende a ser superada (Proc. 94001095026-8). (Carrara, 2002, p. 85)

Ainda que os fatos viessem a ser devidamente esclarecidos, mover a máquina judiciária nestas hipóteses é contribuir ainda mais **para** o agravamento da morosidade na prestação da tutela jurisdicional em casos mais sérios (Proc. 95001019018-5).

Ela [a vítima] que deve determinar o destino **de** sua vida, não cabendo ao Estado dizer e normatizar os sentimentos das pessoas, pois nessa questão cada um deve ser o único dono dos seus sentimentos, até mesmo quando esses sentimentos possam parecer manifestação **de** sadomasoquismo. O **Direito** Penal não tem poder, nem eficácia **para** tratar ou orientar a forma como as pessoas preferem viver (Proc. 92001126502-2). (Carrara, 2002, p. 95)

Se tomadas, entretanto, essas "frases soltas" em seus contextos discursivos, é possível observar o que funda e determina o posicionamento dos atores jurídicos em relação às acusações **de** violência contra a mulher: eles estão atravessados pelos valores privatistas, familistas e patriarcais. A solução **de** conflito que eles perseguem e que eles entendem incabível pela via penal é a "harmonia e a restauração da **família**". Cada violência é entendida como uma violência específica, própria da dinâmica particular "da vida privada" **de** cada **família**.

É o caso **de** uma apropriação retórica <sup>22</sup> das críticas abolicionistas e críticas ao controle penal, usadas **de** modo invertido **para** atender às funções conservadoras **de** manutenção das relações assimétricas **de** poder.

Um dos principais argumentos que fundamenta os pedidos **de** arquivamento e as absolvições e produz a invisibilidade da violência doméstica trata o controle penal como inapropriado **para** a solução daqueles conflitos entendidos sob a perspectiva familista, na qual as situações **de** violência específicas fazem parte das dinâmicas da vida privada **de** cada casal. **Com** isto se recusa o uso do procedimento estatal penal **para** o enfrentamento da situação, entendida como um caso específico **de** um contexto familiar e privado que deve ser solucionado internamente em prol da "harmonia familiar".

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOCTRINA NACIONAL - Página 132](#)

A esses argumentos Carrara responde em seu estudo **com** a defesa do uso **de** um **direito** penal fundado a partir **de** suas funções declaradas

de prevenção geral positiva e negativa da pena (Baratta, 1999), associando a perspectiva do crime e da pena, **de acordo com** a racionalidade penal moderna.

Formalmente do ponto **de** vista do ideário individualista moderno, base do **direito** penal, qualquer indivíduo que fira os **direitos de** qualquer outro deve ser punido por uma dupla razão: primeiramente, **para** que o dano seja reparado e a justiça restaurada; em segundo lugar, **para** coibir a ocorrência **de** atos semelhantes. Do ponto **de** vista do ideário feminista, tributário do ideário individualista moderno, como já observaram alguns autores, um homem que agride uma mulher (sendo ou não sua esposa), querendo ou não a vítima, deve ser punido **para** que se restaurem os valores jurídicos ultrajados e **para** que isso não ocorra a outras mulheres, ou seja, **para** que a sociedade saiba (ou se lembre) que não se agride uma mulher impunemente. (Carrara, 2002, p. 104-105)

A estratégia **de** enfrentamento à invisibilidade da violência doméstica proposta por Carrara também foi a adotada por parte dos movimentos feministas ao longo **de** suas avaliações sobre o processo **de** judicialização da violência doméstica, e resultaram na produção normativa da Lei Maria da Penha, em vigência desde 2006. O enfrentamento da invisibilidade provocada pelo *modo* como se usavam os argumentos abolicionistas e os institutos conciliatórios pautados sob a ótica familista - já nos Juizados Especiais Criminais - se deu por meio da interdição **de** institutos despenalizantes e **de** alguns recursos alternativos ao modo **de** gestão **de** conflitos do processo penal moderno <sup>23</sup>.

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOCTRINA NACIONAL - Página 133](#)

A provocação contida nesse ensaio a partir do acompanhamento da trajetória **de** Pilar e da abertura a novos questionamentos me levam, no entanto, a problematizar esse lugar no qual persiste parte das demandas dos movimentos feministas. A busca **de** Pilar por reconhecimento **de** seu lugar **de** vítima **de** um ato **de** violência não encontrou repercussão na escuta do agente do controle penal.

Proponho compreender essa incapacidade **de** escuta **para** além das polarizações entre medidas penais e despenalizantes.

### 3.1.1 A polarização entre o campo penal e não penal

Teoricamente, é falsa a polarização entre uso ou não **de** recursos penais como *condicionantes* da eficácia no processo **de** reconhecimento e realização **de** **direitos** das mulheres nos casos **de** violência doméstica. O debate em torno **de** vias abolicionistas ou punitivistas em termos **de** modelos abstratos **de** gestão **de** conflitos se torna estéril na medida em que não enfrenta empiricamente quais são as estratégias **de** invisibilidade promovidas pela judicialização dessas demandas.

Tome-se como exemplo a polarização em torno do instituto da suspensão condicional do processo. Historicamente, ele foi utilizado nos

Juizados Especiais **para** invisibilizar e desvalorar as relações **de** violência contra a mulher. As questões não abordadas, entretanto, são as perspectivas **de** valor que atravessaram a aplicação desse instrumento normativo pautadas sob uma perspectiva familista <sup>24</sup>.

Dessa leitura, algumas feministas negam qualquer possibilidade **de** utilização não tradicional do **direito** penal em seu aspecto retributivo e repressivo, considerando que qualquer outra medida seria uma forma **de** legitimação da desigualdade <sup>25</sup>.

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOCTRINA NACIONAL - Página 134](#)

Eis que aí há uma junção equivocada e essencializante entre os instrumentos despenalizadores e os valores familistas. Se é verdade que nas práticas judiciais eles parecem estar convenientemente entrelaçados, isso não essencializa os instrumentos não punitivos **de** intervenção nas relações **de** violência. É possível, na medida em que não estão ontologicamente vinculados, que instrumentos despenalizantes possam ser disputados e pautados por valores **de** perspectiva feminista.

O ponto a ser investigado são as estratégias **de** invisibilidade das violências contra a mulher e uma disputa concreta **com** essas estratégias. Isso serve **para** evitar a confusão que se tem feito em tomar o instrumento (despenalizante) pelo valor, e **para** construir estratégias mais eficazes **para** a interrupção das situações **de** violência, o reconhecimento das demandas e a responsabilização individual.

Politicamente, a polarização em torno do uso ou não do campo penal comporta também um dilema ético. Se a demanda **de** institucionalidade e reconhecimento da desigualdade é legítima, a sua legitimidade só se sustenta integralmente se a essa pauta estiver agregada uma perspectiva **de** apropriação diferencial do campo do proibido. Não tem sustentação ética um movimento organizado em torno da garantia **de** direitos humanos iguais, que utilize, sem mais, os padrões tradicionais **de** punição oferecidos pelo **direito** penal, como é o caso do recurso aos campos **de** concentração brasileiros que são as prisões.

Nesse sentido, a partir do reconhecimento dos limites e dos altos custos do uso da via criminalizadora como referência **de** concretização das pautas dos **direitos** humanos é importante apostar nas experiências e novas práticas **de** medidas judicializáveis, tendo como norte o laboratório cotidiano das demandas já existentes e da forma como elas são apropriadas pelos sujeitos envolvidos.

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOCTRINA NACIONAL - Página 135](#)

Trata-se **de** indagar quais formas jurídicas e possibilidades **de** intervenção podem ser exploradas **para** que o **direito** sirva como um suporte do ver, no qual as mulheres possam olhar e ser olhadas **de** modo a serem reconhecidas em seu lugar **de** vítimas - em seu amplo espectro - **de** violências. E, em consequência ao reconhecimento das assimetrias, elas



tenham a chance **de** encontrar, também no **direito** , um lugar - mesmo que contingente - **de** ressignificação e mudança em seu lugar no mundo <sup>26</sup>.

### 3.2 Da superação da polarização entre respostas punitivas e não punitivas às escutas possíveis das vítimas de violência

No processo **de** compreensão do **direito** como potencial "suporte do ver", e já incorporada a chave **de** leitura da judicialização **para** além das estratégias punitivas tradicionais oferecidas pelo **direito** penal, a trajetória **de** Pilar também nos convoca a pensar as mulheres no plural, o que significa, no processo **de** tradução do laboratório do **direito** (Baratta, 1998), enfrentar a uniformização da ideia **de** *vítima* no processo penal.

Pilar construiu ativamente o seu olhar sobre o seu lugar naquela relação e, por meio **de** "suportes do ver", compreendeu alguns **de** seus enigmas, o que a liberou **para** estar **de** outros modos no mundo. Pilar não era a personagem capaz **de** se subscrever ao sentido **de** vítima como aquela que não tem autonomia e está inteiramente subjugada ao poder masculino ou como aquela que está livre **de** qualquer constrição e se mantém em uma relação **de** violência por seu livre-arbítrio - **para** usarmos uma categoria do **direito** penal moderno.

O seu lugar ativo na construção **de** sua história incita a pensar as relações **de** violência constituídas por personagens que estão em movimento e em disputa, embora em reconhecida e nítida relação **de** desigualdade marcada pelas regras **de** poder patriarcais (Machado e Magalhães, 1999). Pilar não é uma *vítima* no termo jurídico dado ao termo, como integrante **de** um conflito congelado em partes antagônicas, dentro do qual há poucas possibilidades **de** representações **de** *vítimas possíveis*.

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOCTRINA NACIONAL - Página 136](#)

No espectro das *vítimas possíveis*, é provável que não só o congelamento **de** um ideal **de** vítima subjugada ao poder masculino ou da vítima possuidora do livre-arbítrio opere como tradução do **direito** , mas também que as marcas patriarcais atravessadas pelas assimetrias **de** classe e raça tenham o seu lugar na invisibilidade **de** algumas violências contra mulheres.

O não lugar **de** Pilar talvez explique a incapacidade **de** escuta do agente do Estado que a recebe e não pode perceber **de** que se trata a sua dor. A sua vitimização diante **de** um ato específico **de** violência **de** Antonio só pode ser escutada se compreendida dentro **de** uma complexa situação **de** violência dentro dos marcos **de** poder patriarcais que atravessam as questões **de** classe e raça <sup>27</sup>. A complexidade e as singularidades **com** que os procedimentos tradicionais do **direito** e a teoria do delito do **direito** penal têm se mostrado incapazes **de** incorporar e que, mais, tendem à reprodução dos mesmos marcos **de** poder que vitimizam as mulheres (Andrade, 2005).

As singularidades, desde que não apropriadas sob a ótica familista

enquanto estratégia **de** invisibilidade, comportam a potência **de** escutar as mulheres também a partir **de** sua capacidade **de** agência <sup>28</sup> - entendida desde as suas restrições materiais e culturais -, e **de** seu espectro **de** subordinações e expressões, sem as atirarem ao lugar estático e uniformizador da vítima do processo penal.

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOCTRINA NACIONAL - Página 137](#)

A potência da escuta - e do **direito** como suporte do ver - se dá por meio do reconhecimento não apenas dos novos sujeitos, mas das singularidades dos conflitos, dos modos como os sujeitos se apropriam e dão sentidos nas suas relações tecidas e mediadas pelo **direito** e pela institucionalização do Poder Judiciário <sup>29</sup>. Isso implica compreender a singularidade da violência que atravessa as relações **de** gênero - em interseccionalidade **com** as questões raciais e **de** classe <sup>30</sup> -, e também a singularidade dos percursos e das histórias dos sujeitos envolvidos nas disputas e experiências **de** suas relações.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR DIREITOS QUE TAMBÉM SEJAM SUPORTES DO VER**

O que as mulheres veem quando o **direito** as olha? Retomo a pergunta provocada pela obra cinematográfica. O **direito** corresponde, como técnica e política **de** intervenção, a uma ordem social e política determinada, e, portanto, como ensina Baratta (1998), o que o **direito** tradicionalmente oferece às mulheres é uma lupa por meio da qual as singularidades dos conflitos deve se transformar em uma trama **de** lugares estáticos e simplificados que jogam **com** o papel do agressor e da vítima.

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOCTRINA NACIONAL - Página 138](#)

O **direito** correspondente ao modelo político contratual liberal e ao modelo social estruturado nas relações **de** desigualdade **de** gênero, **com** o seu arsenal técnico **de** construção **de** figuras estáticas, mostra-se incapaz **de** escutar que uma ameaça sofrida por uma mulher em sua relação doméstica e **de** afeto tem uma repercussão diferente e mais letal do que uma ameaça qualquer realizada em uma esfera **de** não afetividade. E na ausência da escuta e do reconhecimento da mulher que vive uma situação **de** violência, o que a mulher vê quando o **direito** a olha possivelmente seja a mesma marca **de** humilhação e vergonha que ela encontra em suas relações, na medida em que o **direito** não a vê como sujeito desejante que participa **de** uma ordem social desigual e letal <sup>31</sup>.

É **com** esse **direito** que a Lei Maria da Penha dialoga nas situações **de** violência doméstica, que está ancorado no imaginário jurídico formal e liberal **de** igualdade, sob o qual se ocultam as desigualdades. Novas práticas adotadas por alguns Juizados, sem que ainda tenham se tornado referências **de** políticas judiciais uniformizadas, dão conta da tentativa **de** uma apropriação não tradicional do campo do **direito** : como o caso da produção da suspensão condicional informal do processo (Costa, 2013) e

os casos **de** atendimento a homens autores **de** violência doméstica (Lopes e Leite, 2013).

Os movimentos feministas, pautados por uma agenda **de** igualdade e democracia, **para** além da polarização do debate em termos estéreis, podem disputar um espaço em busca **de** intervenções capazes **de** , em suas limitações e constrictões muito visíveis, constituir **direitos** como "suportes do ver", capazes **de** -- em alguma medida --, provocar nas mulheres uma fissura em sua carne, ressignificar e renomear o seu medo por meio **de** algum reconhecimento.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Marcos Cesar et alii. *O papel da vítima no processo penal*. Série Pensando o **Direito** . São Paulo/Brasília: IBCCrim/SAL/MJ, 2009.

ANDRADE, Vera Regina Pereira **de** . A soberania patriarcal: o sistema **de** justiça criminal do tratamento da violência sexual contra a mulher. *Revista Sequência*, UFSC, n. 50, p. 71-102, jul. 2005.

BARATTA, Alessandro. Principios del derecho penal minimo. **Para** una teoría **de** los derechos humanos como objeto e limite del derecho penal. *Doctrina Penal*, Argentina: Depalma, 1987.

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOCTRINA NACIONAL - Página 139](#)

\_\_\_\_\_. Proceso penal y realidad en la imputación **de** la responsabilidad penal. La vida y el laboratorio del derecho. *La Revista General de Derecho*, Separata, Valencia, n. 531, diciembre 1988.

\_\_\_\_\_. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. Introdução à sociologia do **direito** penal. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 2. ed. Rio **de** Janeiro: Freitas Bastos, Instituto Carioca **de** Criminologia, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A força do **direito** . Elementos **para** uma sociologia do campo jurídico. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10. ed. Rio **de** Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão **de** identidade. Rio **de** Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana; ENNE, Anna Lúcia. Crimes **de** bagatela: a violência contra a mulher na justiça do Rio **de** Janeiro. In: CORRÊA, Mariza (Org.). *Gênero & Cidadania*, Campinas: Pagú/Núcleo **de** Estudos **de** Gênero - Unicamp, 2002.

CALA, Maria Jesús Carrillo; GARCÍA, María Jiménez. Las experiencias **de** mujeres que sufren violencia en la pareja y su tránsito por el sistema judicial: ¿qué esperan y qué encuentran? *Anales de la Cátedra Francisco Suárez*, 48, 2014.

CAMPOS, Carmen Hein. Razão e Sensibilidade. Teoria feminista do **direito** e Lei Maria da Penha. In: *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio **de** Janeiro: Lumen Juris, 2011.

\_\_\_\_\_. Teoria crítica feminista e crítica à(s) criminologia(s): estudo **para** uma perspectiva feminista em Criminologia no Brasil. Tese (Doutorado). Pós-Graduação em Ciências Criminais, PUCRS. Porto Alegre, 2013.

CELMER, Elisa Girotti et al. Sistema penal e relações **de** gênero: violência e conflitualidade nos Juizados **de** Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na cidade do Rio Grande (RS/Brasil). In: AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli **de** (Org.). *Relações **de** gênero e sistema penal: violência e conflitualidade nos Juizados **de** Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

CORREA, Marisa. *Morte em **família*** : representações jurídicas **de** papéis sexuais. Rio **de** Janeiro: Graal, 1983.

COSTA, Bruna Santos. Mulheres, violência e **direito** : a suspensão condicional do processo e a Lei Maria da Penha. 2014. Monografia (Bacharelado em **Direito** ) - Universidade **de** Brasília, Faculdade **de** **Direito** , 2014.

COSTA, Renata Cristina **de** Faria Gonçalves. Atos e autos: uma etnografia sobre violência doméstica e o sistema **de** justiça. Monografia (Bacharelado em **Direito** ) - Universidade **de** Brasília, Faculdade **de** **Direito** , 2013.

CRENSHAW, Kimberlé W. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *Chicago Legal Forum, special issue: Feminism in the Law. Theory, Practice and Criticism*. University of Chicago, 1989.

DI GREGORIO, Tiziano Vecellio. *Danae recebendo la lluvia **de** oro*, 155?, óleo.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1998.

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOUTRINA NACIONAL - Página 140](#)

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista **de** Estudos Feministas*, n. 1, 1993.

HOOKS, Bell. *Feminist theory: from margin to center*. Cambridge: South and Press, 2000.

HULSMAN, Louk; **DE** CELIS, Jacqueline Bernat. *Penas perdidas*. O sistema penal em questão. Niterói. Luam, 1993.

KANDINSKY, Wassily. *Composition VIII*, 1923, óleo sobre tela.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 20: mais, ainda*. Jacques Lacan; texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. 2. ed. rev. Rio **de** Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LARRAURI, Elena. La crisis **de** la criminología crítica. In: *La herencia **de** la criminología crítica*. Madri: Siglo Veintiuno Editores, 1992.

LARRIERA, Sergio. *Sesión Del 23 **de** mayo **de** 1997*, Granada (mimeo).

LOPES, Paulo Victor Leite; LEITE, Fabiana (Org.). *Atendimento a homens autores **de** violência doméstica: desafios à política pública*. Rio **de** Janeiro: Iser, 2013.

MACHADO, Lia Zanotta. Emociones violentas y familiares correctivos. In: RIFIOTIS, Teofilos; CASTELNUOVO, N. (Org.). *Antropología, violencia y justicia: repensando matrices **de** la sociabilidad contemporánea en el campo del genero y **de** la **familia*** . Buenos Aires: Antropofagia, 2011.

MACHADO, Lia Zanotta; MAGALHÃES, M. T. B. Violência conjugal: os espelhos e as marcas. In: SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes (Org.). *Violência, gênero e crimes no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. O sentido da responsabilização no **direito** : ou melhor, a invisibilização **de** seu sentido pelo **direito** . In: LOPES, Paulo Victor Leite; LEITE, Fabiana. *Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública*. Rio de Janeiro: Iser, 2013.

MATHIESEN, Thomas. *Abolicionismo penal*. Buenos Aires: Ediar, 1989.

MONTENEGRO, Marília. *Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

MORALES, Luis de . *Mater dolorosa*, 1570, óleo sobre tela.

PASINATO, Wânia. Acesso à justice e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. *Revista Direito GV*, 11 (2), p. 407-428, jul./dez. 2015.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PRANDO, Camila Cardoso de Mello. *Abolicionismo penal: onde Louk Hulsman e Alessandro Baratta se encontram*. Homenagem a Louk Hulsman. Revan: Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_. *O saber dos juristas e o controle penal: o debate doutrinário na Revista de Direito Penal (1933-1940) e a construção da legitimidade pela defesa social*. Revan: Rio de Janeiro, 2013.

RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização das relações sociais e a política de atenção aos idosos. 36 Encontro Anual da ANPOCS, São Paulo, 2012. Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=8317&Itemid=217](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8317&Itemid=217)>. Acesso em: 6 jun. 2014.

SMART, Carol; SMART, Carol. La teoría feminista y el discurso jurídico. In: LARRAURI, Elena (Comp.). *Mujeres, Derecho penal y criminología*. Madri: Siglo Veintiuno, 1994.

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOUTRINA NACIONAL - Página 141](#)

STUBBS, Julie. Beyond apology? Domestic violence and critical questions for restorative justice. *Criminology and Criminal Justice*, v. 7 (2), 2007.

TE doy mis ojos. Direção: Icír Bollán. Espanha, Productora La Iguana, 2003.

VISCO, Mônica Brusel. Perdoa-me por me traíres ou a construção da fantasia. Disponível em: <[http://www.espacopsicanalise.com.br/perdoa\\_traires.html](http://www.espacopsicanalise.com.br/perdoa_traires.html)>. Acesso em: 6 jun. 2014.

WALBY, Sílvia. Feminism in a global area. *Economy and Society*, v. 31, n. 4, november 2002.

[Revista de Estudos Criminais 60 - Janeiro/Março 2016 - DOUTRINA NACIONAL - Página 142](#)



